

O papel dos TCEs no cumprimento das políticas públicas voltadas à Primeira Infância A evolução dos índices no estado de Alagoas

A fome no Brasil vem sendo amplamente discutida nas principais frentes governamentais e filantrópicas do país. Um estudo divulgado em fevereiro deste ano pela Unicef Brasil¹, com apoio da Fundação Vale, concluiu que o Brasil voltou para o mapa mundial da fome com 32 milhões de crianças e adolescentes vivendo em situação de pobreza em suas múltiplas dimensões: renda, educação, trabalho infantil, moradia, água, saneamento e informação.

A pobreza multidimensional a qual se refere o estudo não se trata apenas de pobreza monetária, mas, sobretudo, da inter-relação entre privações, exclusões e diferentes formas de vulnerabilidade às quais crianças são expostas diariamente. A pesquisa traz ainda que esse número de crianças e jovens que vivem em situação de privação no Brasil representa 63,1%, o equivalente a quase dois terços da população de habitantes de até 17 anos, já antes mesmo da pandemia da Covid-19, em 2019.

Com base na publicação, o cenário brasileiro ainda é incipiente em políticas públicas voltadas à primeira infância, fato que tem contribuído de forma significativa para o número alarmante de crianças e adolescentes que passam fome no país. O estudo ressalta, ainda, a individualidade de cada estado, que tem sua própria estrutura de privações e, conseqüentemente, devem ter diferentes ações para combater a pobreza. Em linhas gerais, hoje, no Brasil, as dimensões que mais contribuiriam para a pobreza são o saneamento, com 10,8 milhões de crianças e adolescentes sem acesso, seguida por renda, com 10,5 milhões em situação de vulnerabilidade social.

Em Alagoas, no entanto, nos últimos oito anos, a pauta da primeira infância ganhou destaque com a priorização de ações voltadas para o desenvolvimento de crianças de 0 a 6 anos - fase na qual o indivíduo desenvolve grande parte do seu potencial cognitivo, físico e psicossocial que terá como adulto.²

Em 2018, a atenção à primeira infância em Alagoas ganhou a Lei nº 7.965, que estabelece a intersetorialidade e a integração de políticas nas áreas de saúde, educação e assistência social, por meio do Programa Cria - Criança Alagoana. Ainda em 2018, o programa conquistou o Prêmio Excelência em Competitividade, Destaque Boas Práticas, pelo Centro de Liderança Pública – CPL, concorrendo com mais 123 políticas públicas de todo o Brasil.

A ampliação da rede de atendimento com foco nas gestantes e nos primeiros anos de vida das crianças alagoanas teve papel importante na redução das taxas de mortalidades infantil e mortalidade materna, propiciadas pela construção de equipamentos de saúde como a Casa do Coraçõzinho, o Hospital da Mulher, o Hospital da Criança, além da humanização das casas de parto e da construção de hospitais regionais e UPAs com ambientes lúdicos destinados às crianças.

Como consequência dos mecanismos e empenho empregados para o avanço dos índices pertinentes à primeira infância, Alagoas apresentou a maior redução na taxa de mortalidade infantil no período entre 2014 e 2020 no Nordeste e no Brasil. Ainda em 2020, Alagoas alcançou a melhor posição já alcançada no ranking nacional, ocupando a 14. colocação. Já no tocante à taxa de mortalidade materna, Alagoas também foi destaque nacional, apresentando a maior queda entre os estados brasileiros, passando da última colocação, em 2014, para segunda, em 2017.^{3,4}

Com a maior previsão de investimento em creches da história do estado, na ordem de R\$ 850 milhões, a expectativa é que Alagoas alcance a meta do Plano Nacional da Educação (PNE) até o final de 2026, com a construção de 200 unidades em todo o estado, passando a ser o único estado brasileiro a oferecer, de uma única vez, acesso universalizado a creches a mais de 40 mil crianças de 0 a 5 anos beneficiadas com uma rede de atendimento acolhedora e segura, que possibilitará às mães o ingresso ou o retorno ao mercado de trabalho. Até o momento mais de 40 creches já foram entregues e outras estão com obras em andamento.⁵

Entre os anos de 2016 e 2021, o acesso de crianças de 0 a 3 anos às creches em Alagoas aumentou em 9 pontos percentuais, índice superior ao observado no Nordeste (3,8 p.p.) e no Brasil (0,6 p.p.), de acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).^{6,7}

Já no quesito renda, em 2021, Alagoas ganhou o maior programa estadual de transferência de renda voltado para mães e crianças no país, o Cartão CRIA, que já beneficia mais de 140 mil gestantes e crianças de até 6 anos de idade em situação de pobreza ou extrema pobreza, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico), com auxílio mensal de R\$ 150. Por meio do cartão CRIA, as famílias mais carentes podem complementar a alimentação e gastos com saúde e higiene das crianças, além contribuir para a economia local, pois os recursos geralmente são gastos no próprio município. O desempenho positivo do programa serviu como modelo para a criação de um programa de transferência de renda para gestantes e crianças em nível nacional, junto ao programa Bolsa Família, na atual gestão do Governo Lula.

Nesse sentido, ainda que o Brasil tenha voltado para o mapa da fome, Alagoas tem avançado nos indicadores sociais da primeira infância em função das políticas públicas desenvolvidas e aplicadas pelo governo estadual, em parceria com os municípios alagoanos, nos últimos oito anos, abordando em suas ações as diretrizes sugeridas no estudo na Unicef, como, por exemplo, a implantação do Pacto Estadual pela Primeira Infância, celebrado com o Governo de Alagoas, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, Ministério Público de Alagoas, Defensoria Pública, Ordem dos Advogados do Brasil, Associação dos Municípios Alagoanos (AMA), Universidade Federal de Alagoas e a Rede da Primeira Infância de Alagoas, assinado pela primeira vez em 2019 e renovado em março de 2023.

O pacto estabelece que as instituições devem compartilhar conhecimentos sobre o funcionamento da Rede de Proteção à Primeira Infância, desenvolver pesquisas e estudos relativos ao tema, selecionar, disseminar e compartilhar boas práticas, além de realizar capacitações para psicólogos, assistentes sociais, profissionais da educação, conselheiros titulares e outros profissionais que atuam com a Primeira Infância.⁸

Além disso, institui a cooperação técnica e operacional dessas instituições, visando o aprimoramento da infraestrutura necessária à proteção do interesse das crianças, e que as instituições se comprometam em aplicar a legislação voltada à garantia de seus direitos, previstos na Constituição Federal, no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e no Marco Legal da Primeira Infância.

Sob essa perspectiva, para o sucesso efetivo no cumprimento das políticas públicas voltadas à primeira infância, vale destacar o papel crucial dos Tribunais de Contas dos estados ao realizar um trabalho que busque a transparência, a legalidade e a eficiência na gestão dos recursos públicos. Com orientação e fiscalização da aplicação dos recursos pelos poderes executivo, legislativo e judiciário, é possível fazer com que o benefício chegue na ponta.

Muito se avançou em pouco tempo, mas ainda há muito a ser feito. O programa Cria é um marco histórico nas políticas públicas de Alagoas e se consolida a cada dia como base para que a nova geração de alagoanos atravesse a janela de oportunidades e possa ter acesso a tudo o que hoje se classifica como privilégio e que deveria, na verdade, ser universal. O desafio agora é avançarmos mais, com o apoio das instituições e da população, para, mais uma vez, sermos referência nacional em primeira infância e possamos inspirar iniciativas semelhantes em todo o país.



Creches mobiliadas, com ambientes lúdicos, espaços destinados para refeitório, cozinha, copa, almoxarifado, lavadeira, sala de professores e administrativa, além de berçário e sala multiuso. (Foto: Felipe Brasil)



Praças construídas em espaços públicos com equipamentos de estímulo ao desenvolvimento físico, cognitivo e psicossocial das crianças na primeira infância. (Foto: Felipe Brasil)



UPA do Tabuleiro, em Maceió, dispõe de espaços lúdicos que oferecem atendimento mais humanizado e facilitam a adesão das crianças aos tratamentos e à sua recuperação. (Foto: Felipe Brasil)



Centro de Recuperação e Educação Nutricional (CREN) resgata a vida de crianças entre 0 e 6 anos de vida, enfrentando a subnutrição e a obesidade. (Foto: Felipe Brasil)

**Sobre:**

Renata Calheiros é conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, com formação em Liderança Executiva para o Desenvolvimento da Primeira Infância, pela Universidade de Harvard e Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. Entre 2015 e abril de 2022, foi idealizadora e Coordenadora Geral do Programa Cria - Criança Alagoana.

Referências Bibliográficas

- ¹ FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. **As Múltiplas Dimensões da Pobreza na Infância e na Adolescência no Brasil**. Fevereiro, 2023;
- ² GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS. **Livro do Cria: Relatório de Gestão 2015-2022**. Maceió, 2022
- ³ DATASUS. Disponível em: <https://datasus.saude.gov.br/informacoes-de-saude-tabnet/>. Acesso em: 12 jul.2023.
- ⁴ OBSERVATÓRIO DA PRIMEIRA INFÂNCIA. Disponível em: <https://observatoriocrianca.org.br/>. Acesso em: 12 jul.2023
- ⁵ GOVERNO DE ALAGOAS – Secretaria da Primeira Infância de Alagoas. Maceió, 2023.
- ⁶ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 12 de jul. 2023.
- ⁷ INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <https://ces.ibge.gov.br/base-de-dados/metadados/ibge.html>. Acesso em: 12 jul. 2023.
- ⁸ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE ALAGOAS. **TJAL renova Pacto da Primeira Infância com instituições de Alagoas: Cooperação visa aprimorar a infraestrutura necessária à proteção dos direitos das crianças, previstos na CF, no ECA e no marco legal sobre o tema**. Maceió, 2023. Disponível em: <<https://www.tjal.jus.br/noticias.php?pag=lerNoticia¬=20809>>. Acesso em: 12 jul. 2023.